



Renan anuncia ação no STF para definir competência de Poderes

Ação ajuizada pelo Senado também pede liminar para suspender a Operação Métris e devolver imediatamente equipamentos e material apreendidos

Jefferson Ruyh / Agência Senado



Renan ressaltou que a solução que está sendo proposta pelo Senado é institucional, por isso, o recurso ao Supremo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou ontem, em Plenário, que entrou com ação no Supremo Tribunal Federal para pedir que sejam estabelecidos “os limites e as competências dos Poderes de Estado diante da Constituição federal”.

A ação foi feita como reação à Operação Métris, na qual a Polícia Federal prendeu quatro policiais legislativos. Na avaliação de Renan, o Senado não é inviolável, mas investigações devem ser feitas com

equilíbrio e de acordo com a Constituição.

Ele disse que orientou a Advocacia da Casa a representar contra o juiz Vallisney Oliveira, que autorizou a operação, no Conselho Nacional de Justiça.

Amanhã Renan vai se reunir com o presidente da República, Michel Temer, a presidente do STF, Cármen Lúcia, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Ele ressaltou que vai agir na reunião como bombeiro:

— Quero colaborar para que essa centelha não vire um grande incêndio. 4

Livro mostra participação da Casa em episódios da história do Brasil

A Secretaria de Comunicação Social lançou ontem o volume 2 do livro *Arquivo S — o Senado na história do Brasil*, uma compilação de reportagens publicadas originalmente no **Jornal do Senado** sobre

a participação da Casa nos grandes episódios históricos do Brasil. A base das reportagens são os documentos preservados pelo Arquivo do Senado. O livro pode ser baixado gratuitamente na internet. 2

Ana Volpe/Agência Senado



Rosa Vasconcelos, Ricardo Westin, Virgínia Galvez e Ilana Trombka no evento

MP que liberou verbas para Rio 2016 vira lei

Foi publicada no *Diário Oficial* a lei que permitiu ao governo federal liberar R\$ 2,9 bilhões para que o governo do Rio de Janeiro aplicasse na segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. A lei decorreu de uma medida provisória assinada em junho. 2

Audiência discute qualidade de peixe importado

Audiência na Comissão de Agricultura vai debater hoje a melhoria do controle de qualidade do pescado importado, que abastece grande parte do mercado nacional, como a exigência de reinspeção por indústria registrada no Serviço de Inspeção Federal. 3

PEC do Teto de Gastos chega a senadores

Jonas Pereira/Agência Senado



O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a PEC do Teto de Gastos, que limita as despesas federais pelos próximos 20 anos, com o objetivo de equilibrar as contas públicas. Segundo Renan, a PEC deverá passar pela última votação no Plenário do Senado em 13 de dezembro. 3

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, diz que aprovação da PEC evitará criação de mais impostos

Especialistas americanos debatem no ILB as eleições nos EUA 2

Programa da Rádio Senado lembra os 20 anos da morte de Renato Russo 2

Pesquisador fala à TV Senado sobre as novas parcerias do governo 2



Senado apresenta suas obras na 3ª Bienal do Livro, no Estádio Mané Garrincha

Editoras do Legislativo expõem publicações na bienal de Brasília

As editoras do Senado e da Câmara participam da 3ª Bienal do Livro e da Leitura de Brasília, que se estende até domingo. O

Conselho Editorial do Senado apresenta, entre outros, livros históricos de estrangeiros que viajaram pelo Brasil nos séculos 18 e 19. 2

Pillar Pedreira/Agência Senado

Medida provisória transformada em lei destinou R\$ 2,9 bilhões para a segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio. Temer vetou transferência de policiais do interior do estado para a capital

Sancionada lei que liberou verbas para Olimpíadas

FOI TRANSFORMADA EM lei a Medida Provisória 734/2016, que liberou auxílio financeiro da União ao estado do Rio de Janeiro no valor de R\$ 2,9 bilhões para as despesas com as Olimpíadas e as Paralimpíadas. A Lei 13.351/2016 foi publicada ontem no *Diário*

Oficial da União. O valor para as competições, que aconteceram em agosto e setembro, foi liberado em parcela única. O presidente Michel Temer vetou o item que liberava a transferência de pessoal dos órgãos de segurança pública lotado nas demais cidades do

estado para a capital durante os Jogos, porque “o dispositivo representava violação da autonomia do Estado e a regência pela sua própria Constituição”. O presidente diz que “compete à autoridade estadual determinar a melhor gestão da respectiva força policial”.



A Secretária de Comunicação Social (Secom) e o Arquivo do Senado lançaram ontem o volume 2 do livro ilustrado *Arquivo 5 — o Senado na história do Brasil*, que compila as reportagens produzidas pelo *Jornal do Senado* a partir de documentos históricos preservados pela Casa. O livro trata, por exemplo, da Lei dos Sexagenários, do fechamento dos cassinos e da tentativa de golpe contra a posse de Juscelino Kubitschek. Participaram do lançamento a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, e a diretora da Secom, Virgínia Galvez.

Baixe o livro gratuitamente, em formato PDF: <http://bit.ly/ArquivoSvolume2>

Senado participa da 3ª Bienal do Livro em Brasília

Livros das editoras do Senado e da Câmara estão expostos na 3ª Bienal do Livro e da Leitura, que ocorre até domingo em Brasília, no Estádio Nacional Mané Garrincha.

Segundo o vice-presidente do Conselho Editorial do Senado, Joaquim Campelo Marques, as publicações, além das que tratam de legislação, têm caráter histórico e contemplam obras de grandes viajantes do século 18 e 19 em jornadas pelo Brasil.

— As obras não têm apelo comercial. Por isso, o Senado criou a editora e publica obras que falam da “alma brasileira”,

de sociólogos, antropólogos, botânicos e zoólogos, reeditando também obras de qualidade.

Entre as obras, ele destaca a

Constituição, em dois formatos, e publicações sobre leis ambientais e de proteção à mulher, como o Código Florestal e a Lei Maria da Penha.



Estando do Senado na bienal deste ano: obras raras estão entre os destaques

Especialistas americanos debatem eleições nos EUA

As eleições dos Estados Unidos, uma das mais polêmicas dos últimos tempos, serão debatidas hoje no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), às 15h. Com o tema “Eleições nos EUA: perspectivas de democratas e republicanos”, os especialistas Penny Lee e

David Kramer vão discutir a campanha e as chances de cada candidato. O evento será transmitido pelo portal www.interlegis.org.br.

Penny Lee é estrategista política e de comunicação. Foi conselheira do Partido Democrata no Senado dos

EUA e é analista de veículos de comunicação como *New York Times* e *Washington Post*.

David Kramer foi candidato ao Senado pelo Partido Republicano e presidente estadual e de condado. A embaixada dos EUA é uma das promotoras do evento.

Rádio Senado homenageia Renato Russo nos 20 anos de sua morte

Neste fim de semana a Rádio Senado leva ao ar a reportagem especial “Renato Russo presente”, sobre os 20 anos de morte do cantor, ocorrido em 11 de outubro de 1996.

A reportagem contém entrevistas exclusivas com o guitarrista Dado Villa-Lobos e o baterista Marcelo Bonfá, além da cantora Carmem Manfredini (irmã de Renato), o músico Carlos Trilha (coprodutor de álbuns da Legião Urbana) e o poeta Nicolas Behr.

Apesar de a morte do cantor ser comumente atribuída à aids, Carmem garante que essa não foi a causa.

— Ele não morreu de nenhum problema decorrente do HIV. O diagnóstico dele foi depressão profunda. Ele poderia estar como um paciente crônico hoje, como um doente crônico — afirmou Carmem.

“Renato Russo presente”
• Amanhã, às 18h
• Sábado, às 10h
• Domingo, às 17h

TV Senado ouve pesquisador sobre programa de investimentos

Em setembro, o Congresso Nacional aprovou a lei que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), com regras para concessão à iniciativa privada de setores tradicionalmente sob responsabilidade governamental, como infraestrutura.

Esse é o tema do programa *Agenda Econômica*, da TV Senado, que vai ao ar domingo com entrevista do pesquisador da Universidade de Brasília (UnB) Pedro Garrido.

Agenda Econômica
• Domingo, às 13h e às 23h

ERRAMOS

Diferentemente do que foi publicado na pág. 3 de ontem, Fátima Bezerra (PT-RN) disse, sobre a morte do estudante Lucas Araújo durante a ocupação de escola em Curitiba, esperar que grupos mal-intencionados ou de extrema direita não se utilizem da tragédia para incriminar um movimento que é pacífico, o Ocupa Paraná.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CRA Inspeção de pescado

8h A comissão debate necessidade da reinspeção de pescado importado. Entre os convidados, estão representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

CI Energia alternativa

9h Audiência para avaliar políticas públicas de energias alternativas. Entre os convidados, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão não deliberativa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • **Alô Senado:** 0800 612211
Acompanhe: • **Portal e-Cidadania:** senado.leg.br/ecidadania
• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • **TV:** senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senadores recebem a PEC do Teto de Gastos

Aprovada na Câmara, proposta que limita gastos do poder público federal pelas próximas duas décadas deverá ser votada no Plenário do Senado em 13 de dezembro

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, a proposta de emenda constitucional que limita o crescimento dos gastos públicos nos próximos 20 anos. A PEC 55/2016, que já foi lida no Plenário do Senado, vai ser inicialmente analisada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Um acordo de líderes prevê a votação na CCJ no dia 9 de novembro, no Plenário em primeiro turno no dia 29 e em segundo turno no dia 13 de dezembro. Cumprido esse

calendário, a promulgação será em 14 de dezembro. O relator deverá ser o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Renan disse que os prazos serão respeitados:

— Em nenhum momento rebaixarei esta instituição, este Senado Federal para retardar ou acelerar projetos, seja qual for a circunstância. É o contrário.

Após entregar o texto a Renan Calheiros, Rodrigo Maia afirmou que a proposta é vital para o futuro e essencial para um novo momento no país.

— O governo federal, depois de mais de 20 anos, se obriga a

organizar os seus gastos com os recursos que tem, sem aumentar os impostos. A minha felicidade é não estar aqui para trazer a PEC da CPMF [Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira], que seria mais uma decisão do governo contra a sociedade — disse Maia.

A proposta de emenda à Constituição, conforme aprovada pelos deputados e que na Câmara tinha o número de 241/2016, estabelece que nas próximas duas décadas os gastos federais apenas podem ser corrigidos pela inflação anual medida pelo

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O regime fiscal vai valer para os orçamentos fiscal e da seguridade de cada um dos três Poderes e dos órgãos federais com autonomia orçamentária (como Ministério Público, Tribunal de Contas da União e Conselho Nacional de Justiça).

Para o ano que vem, o limite será a despesa primária de 2016 (excluídos os juros da dívida), mais os restos a pagar de antes de 2015 quitados neste ano e as operações que afetam o resultado primário, corrigida por 7,2% — esse percentual é a inflação estimada para o

ano-calendário de 2016.

A partir da elaboração do Orçamento de 2018, o limite será o montante do ano anterior corrigido pela variação do IPCA de 12 meses, colhida entre julho do ano anterior e junho do ano corrente. O índice de inflação usado para a próxima lei orçamentária, por exemplo, será aquele medido entre julho de 2016 e junho de 2017.

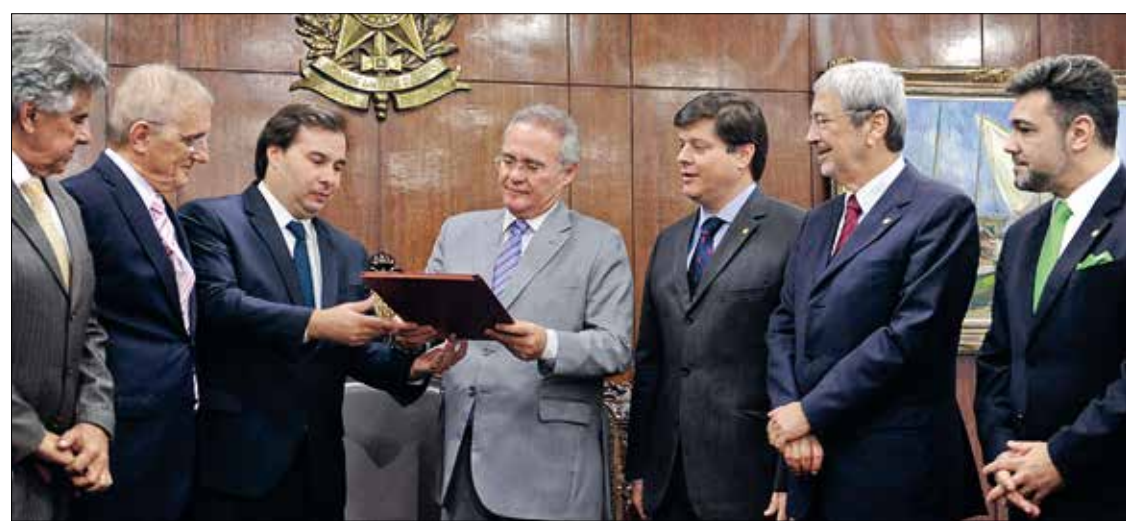
Saúde e educação

Nas áreas de educação e saúde, em que existe previsão constitucional de um piso de investimentos, há uma regra distinta para o ano que vem. A aplicação mínima nos serviços públicos de saúde, em 2017, será de 15% da receita corrente líquida. As previsões para a saúde, segundo o Orçamento de 2017, são de R\$ 105,3 bilhões e, para emendas, de R\$ 8,42 bilhões. Para depois de 2018, ficará valendo a regra geral para o ajuste do piso.

Na educação, por sua vez, serão investidos em 2017, no mínimo, o correspondente a 18% dos impostos federais. De 2018 até 2036, o piso será corrigido apenas pela inflação.

A proposta de emenda à Constituição livra algumas despesas do limite do teto. Como ele se aplica apenas sobre as despesas primárias, o pagamento de juros da dívida pública não entra no cálculo. Também ficam fora as transferências constitucionais a estados e municípios com base na arrecadação de tributos federais, como as parcelas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a participação da União no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Outras exceções ao teto são os créditos extraordinários em casos de calamidade pública, as despesas eleitorais e as com o aumento de capital de empresas estatais não dependentes, como a Petrobras, o Banco do Brasil, a Eletrobras e a Caixa.



Presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, a PEC do Teto de Gastos

Rose de Freitas critica discurso da oposição e defende ajuste

Rose de Freitas (PMDB-ES) criticou a oposição por tentar passar a ideia de que o governo Temer “vai acabar com os programas sociais, como se a crise econômica não tivesse relação com as gestões anteriores”. Segundo ela, a oposição se esquece de mencionar, no entanto, o desvio de dinheiro público das estatais. Líder do governo no Senado, Rose explicou que os programas sociais continuarão, mas o país terá de ajustar os gastos públicos à receita.

— Por isso, a reforma da Previdência e a PEC que limita o aumento de gastos públicos são importantes.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Alvaro Dias apoia limite de gastos e pede agenda positiva

Alvaro Dias (PV-PR) declarou apoio à PEC do Teto, mas ressaltou que a norma não é a salvação do país. O senador disse que o controle de gastos é fundamental, mas é preciso aprovar outras propostas para saneamento das contas públicas, especialmente a redução da taxa de juros e a simplificação do sistema tributário. Ele pediu o apoio a uma agenda positiva capaz de enfrentar a corrupção e restaurar a confiança.

— Assistimos a uma tempestade devastadora a açoitar o povo, destruindo sonhos e esperanças de um país desenvolvido com justiça social.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Ana Amélia pede aprovação de teto de despesas públicas

Ana Amélia (PP-RS) defendeu a aprovação da PEC do Teto e leu artigo do ex-ministro Delfim Netto em defesa da proposta. Segundo ele, o texto ajudará o país a chegar ao equilíbrio fiscal e não diminuirá os recursos da saúde e da educação.

A senadora leu ainda trecho da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, que negou pedido da oposição para interromper a tramitação da PEC.

— Ao negar a liminar, o ministro escreveu: “A responsabilidade fiscal é fundamento das economias saudáveis e não tem ideologia”.



Waldemir Borreto/Agência Senado

A proposta

OBJETIVO
Criar um teto de gastos para evitar que a despesa cresça mais que a inflação.

PRAZO
20 anos, sendo que a partir do décimo ano será possível fazer revisões.

ALCANCE
Orçamentos fiscal e da seguridade social e para todos os órgãos e poderes da União.

LIMITES
Para 2017: despesa primária + restos a pagar corrigidos pelo índice de 7,2%, que é a previsão da inflação para esse ano. A partir de 2018: correção pela inflação acumulada até junho do ano anterior.

SAÚDE E EDUCAÇÃO
Haverá tratamento diferenciado. Em 2017, a saúde terá 15% da receita corrente líquida, e a educação, 18% da arrecadação de tributos. A partir de 2018, seguem a correção da inflação prevista para os demais setores.

SANÇÕES
Quem não respeitar o teto ficará impedido de no ano seguinte dar aumento salarial, contratar pessoal e criar novas despesas.

EXCEÇÕES
Algumas despesas não vão se sujeitar ao teto, como as transferências constitucionais e os gastos para realização de eleições.

REVISÃO
O critério de correção poderá ser revisado a partir do décimo ano de vigência da emenda por meio de um projeto de lei complementar.

Controle do pescado importado será tema de debate hoje

O aprimoramento do controle de qualidade do pescado importado, que abastece grande parte do mercado consumidor nacional, será discutido em audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) hoje. O debate vai tratar da necessidade de reinspeção de pescado importado em indústria registrada no Serviço de Inspeção Federal.

A audiência é uma iniciativa de Ana Amélia (PP-RS). Ela explica que o nível de consumo nacional de pescados (12 quilos por habitante/ano) tem crescido nos últimos anos, mas continua abaixo da média mundial, de 17 quilos por habitante/ano.

Isso demonstra que o país apresenta potencial para continuar expandindo a demanda

por esse alimento, afirma a senadora no pedido da audiência pública, em que cobra um cuidado maior com o consumo alimentar seguro no país. O Brasil importa pescado de países sul-americanos, asiáticos e europeus.

Para debater a questão, foram convidados o secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura,

Luis Eduardo Pacifici Rangel, o secretário nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Cidadania, Armando Luiz Rovai, a gerente-geral de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Thalita Antony de Souza Lima, o presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), Carlos Augusto de

Azevedo, e o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados, Antonio Mantuano De Luca.

A audiência, que é aberta à participação da sociedade, está marcada para as 8h, na sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Renan Calheiros disse que orientou Advocacia da Casa a representar no Conselho Nacional de Justiça contra o juiz Vallisney Oliveira, que autorizou operação da Polícia Federal

Senado entra com ação sobre limite de Poderes

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, informou ontem em Plenário que o Senado ingressou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) “para que sejam estabelecidos os limites e as competências dos Poderes de Estado diante da Constituição federal”.

A medida judicial, uma arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), foi feita em razão da Operação Métris, da Polícia Federal, na qual quatro policiais legislativos foram presos. A operação foi autorizada pelo juiz federal Vallisney Oliveira.

— Ninguém está acima da lei: nem os legisladores, nem seus aplicadores. A solução que está sendo proposta pelo Senado é institucional. Por isso, é indispensável a interferência do Supremo para fixar os limites de atuação dos magistrados em relação ao Congresso Nacional — afirmou Renan.

Ele ressaltou que não defende a inviolabilidade absoluta do Congresso, mas que as ações de investigação sejam feitas com equilíbrio e de acordo com a Constituição. Segundo ele, o Congresso vem sendo vítima de “violência institucional” por meio de práticas que deveriam ter sido sepultadas há muito tempo.

— Não podemos reviver os sobressaltos típicos da ditadura e a forma de evitar que os excessos se perpetuem é levar o caso ao STF, que é o juiz natural dos congressistas e guardião da Constituição.

Renan disse que orientou a Advocacia da Casa a representar contra o juiz no Conselho Nacional de Justiça por ter usurpado competência do STF ao autorizar a Operação Métris. O presidente da Casa recomendou ainda aos diretores da polícia legislativa para que entrem com pedidos de habeas corpus preventivo no STF “para

que novas prisões arbitrárias não venham a acontecer”.

Renan sugeriu também que a Câmara priorize a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 89/2003, aprovada em 2013 pelo Senado.

— Ela acaba com o prêmio da aposentadoria para o Ministério Público e para o Judiciário por improbidade. É um absurdo que essa prática continue a acontecer no Brasil — disse.

Veja a ação proposta pelo Senado: <http://bit.ly/ADPFsenado>



Segundo Renan, o Congresso Nacional tem sido vítima de “violência institucional”. Ele pediu equilíbrio nas investigações

Mesa pede devolução imediata de equipamento apreendido

A ação ajuizada pela Mesa do Senado no STF pede liminar para suspender a Operação Métris e devolver imediatamente todo o material e equipamentos apreendidos.

Segundo os advogados que subscrevem a ação, a operação violou diversos preceitos fundamentais da Constituição. Em especial, teria havido transgressão da separação de Poderes e da inviolabilidade do Poder Legislativo, porque a autorização judicial deu carta

branca para que órgão do Poder Executivo empreendesse busca e apreensão de dados e documentos sem pertinência com a operação.

Os advogados do Senado afirmam que as atividades de contrainteligência, que supostamente estavam sendo conduzidas pelos policiais legislativos para obstruir investigações de senadores alvos da Operação Lava Jato, fazem parte da rotina de segurança do Congresso.

Eles lembraram que, em maio, diligência semelhante realizada pelo Serviço de Inteligência do Senado encontrou aparelho de escuta ambiental no gabinete do ministro do STF Luís Roberto Barroso.

Além disso, os aparelhos utilizados pelos policiais legislativos não teriam, de acordo com os advogados, funcionalidade para detectar interceptações autorizadas pela Justiça no âmbito da Lava Jato, que são feitas diretamente nos sistemas das operadoras de telefonia.

Segundo eles, a Operação Métris, da forma como foi realizada, constitui constrangimento e intimidação ao funcionamento do Legislativo. E, ao desarticular dispositivo de segurança do Senado, coloca em risco seus membros e servidores.



Advogados do Senado discutem resposta jurídica contra investigação da PF

Para Renan, texto de WhatsApp mostra “pinimba entre policiais”

Renan Calheiros lamentou que “por uma pinimba de agentes policiais, nós tenhamos que ultrapassar crise com contornos institucionais.” Ele leu texto extraído de grupo de WhatsApp escrito por Paulo Igor Silva, o denunciante das supostas irregularidades.

— Diz o texto: “Estou reforçando, juro que me calo. Estou recebendo bem [não podemos pronunciar o que continua], só não queria moralidade nessa [...], eu queria receber mais ainda e trabalhar menos ainda, afinal, atualmente, o dinheiro que ganho é para o serviço que

faço. Já é uma afronta à realidade social do país. Dessa forma, serei taxado como um babaca pela sociedade brasileira. Então, tenho de dar razão a ela”.

Segundo Renan, o policial responde a processo administrativo disciplinar no Senado, anterior à delação à PF.

Presidente se reúne com Temer e Cármen Lúcia

Após a sessão do Plenário, o presidente Renan Calheiros informou que vai participar da reunião com os representantes dos Poderes amanhã, às 11h, no Itamaraty. Ele disse que agirá como “bombeiro”.

— Não fico bem no papel de piromaníaco. Quero colaborar para que essa centelha não vire um grande incêndio. Nós temos que ter responsabilidades com o Brasil e com os princípios constitucionais.

Renan afirmou que tem agido da forma que compete ao cargo.

— Sempre que surgem questionamentos, eu os submeto ao STF para que as dúvidas sejam sanadas. A minha responsabilidade como presidente do Legislativo não pode ser limitada — declarou.

A reunião contará com a presença do presidente Michel Temer, da presidente do STF, Cármen Lúcia, e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

Lindbergh: oposição é contra crédito de R\$ 100 bi do BNDES ao Tesouro

Lindbergh Farias (PT-RJ) anunciou que a oposição entrou com representação no TCU contra antecipação de R\$ 100 bilhões do BNDES ao Tesouro. Observou que a ex-presidente Dilma foi afastada do cargo sob acusação de ter feito operações de crédito ilegais. Disse que Dilma era inocente e que a antecipação pretendida por Temer é, sim, operação de crédito ilegal. Informou que apresentou pedido na Comissão de Assuntos Econômicos para ouvir a presidente do BNDES, Maria Sílvia Marques.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ataídes lista prejuízos de “herança maldita” do PT para o atual governo

Para Ataídes Oliveira (PSDB-TO), a “herança maldita” do PT não está só nos milhões de brasileiros desempregados. Citou os prejuízos bilionários na Eletrobras e na Petrobras, lembrando que agora a estatal está se recuperando e suas ações já estão bem valorizadas. E enumerou atrasos de pagamento como mais de R\$ 54 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), R\$ 2,6 bilhões de tarifa bancária referente a serviços prestados ao governo e R\$ 6 bilhões aos organismos internacionais.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Rose de Freitas diz que saúde pública precisa de gestão eficiente

Rose de Freitas (PMDB-ES) defendeu o fim da nomeação política para cargos em hospitais públicos e afirmou que a saúde precisa de pessoas capacitadas para fazer uma gestão eficiente. Para ela, a falta de uma boa gestão tem agravado falhas no atendimento.

A fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) em 116 hospitais públicos, em 2014, revelou, disse a senadora, que 89 deles careciam de algum tipo de equipamento e haviam sido obrigados a bloquear leitos por falta de condições mínimas de uso. Além disso, destacou, mais de 60% desses hospitais tinham superlotação dos leitos de emergência.

Para Fátima, governo Temer deixa estados do Nordeste à míngua

Fátima Bezerra (PT-RN) acusou o governo Temer de discriminar os estados do Nordeste, deixando-os à míngua e sem socorro em um momento em que enfrentam uma crise sem precedentes. A senadora mencionou atrasos no pagamento dos fornecedores e dos salários dos servidores.

— Não pode existir calamidade maior, injustiça maior, perversidade maior do que o servidor trabalhar e chegar ao final do mês sem a garantia do seu salário. Isso é inadmissível.



Waldemir Barreto/Agência Senado